INTERESSADO: Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - FEBEM-SP
ASSUNTO : Solicita aprovação de Regimento Escolar e de Planos
de Cursos referentes ao Ensino de 1º Grau e Supletivo.
RELATOR : Conselheiro João Baptista Salles da Silva
PARECER CEE Nº 92/77 - CPG - Aprov. em 16/02/77

Com. ao Pleno _____/77

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

1.1 Em dezembro de 1975, o Sr. Presidente da Fundação Paulista da Promoção Social do Menor (PRÓ-MENOR), instituída pela Lei Estadual nº 185, de 12/12/73, com a denominação alterada para Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM - SP) pela Lei Estadual nº 985, de 26 de abril de 1976, dirigiu-se a este Conselho, solicitando autorização de funcionamento de cursos regulares e supletivos das Unidades Educacionais mantidas pela mencionada entidade.

1.2 O encaminhamento do Regimento Escolar e dos Planos de Cursos ao Conselho Estadual de Educação, sem tramitação pela Secretaria da Educação, fundamentou-se nas disposições do artigo 3º da Deliberação CEE nº 33/72 e do artigo 25 da Deliberação CEE nº 14/73.

1.3 O processo foi baixado em diligência e inúmeras alterações tiveram que ser feitas no Regimento Escolar e nos Planos de Cursos com o propósito de ajustá-los ao que dispõe a Lei Federal nº 5.692/71 e às normas expedidas pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação.

1.4 Somente em 10/06/76, pelo ofício nº GP-981/76, o processo foi devolvido pela FEBEM-SP a este Conselho. Como outras modificações tiveram que ser feitas, mantivemos vários contatos com os funcionários designados pela Presidência da FEBEM-SP e apenas neste mês de fevereiro foram cumpridas todas as diligências, permitindo, assim, a elaboração do presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - A Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM-SP) é entidade jurídica orientada pelas normas da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e tem como objetivo geral "... planejar e executar, no Estado de São Paulo, programas de atendimento integral ao menor carenciado, abandonado ou infrator, através de unidades próprias, contratadas, ou com participação da comunidade, cumprindo e fazendo cumprir as diretrizes da política do bem estar do menor".

2.2 - Com a preocupação de completar a educação dos menores ou mesmo educá-los, a instituição pretende fazer funcionar em suas unidades educacionais, cursos de ensino de 1º grau e de ensino supletivo, das modalidades suplência e qualificação profissional.

2.3 - As Unidades Educacionais, atualmente instaladas, são as seguintes:

1. Unidade Educacional Modelo
Av. Celso Garcia, 2593 - Tatuapé - Capital
2. Unidade Educacional "Dona Paulina de Queiroz"
Rodovia dos Imigrantes, Km 11 - Água Funda - Capital
3. Unidade Educacional "Maria Auxiliadora"
Av. Morvan Dias de Figueiredo, 4.157 - V. Maria - Capital
4. Unidade Educacional de Batatais
Bairro do Cruzeiro - Batatais
5. Unidade Educacional "Santa Emília"
Av. Dr. Adhemar de Barros, 571 - Guarujá
6. Unidade Educacional "Anita Costa"
Estrada do Sabino, s/nº -Lins
7. Unidade Educacional de Jacareí
Estrada do Campo Grande, 521 - Jacareí
8. Unidade Educacional de Moji-Mirim
Rua Ariovaldo de Oliveira Franco, s/nº - Moji-Mirim
9. Unidade Educacional "Álvaro Guião"
Praia Paranapuã - São Vicente

f. 3

PROCESSO CEE Nº 4342/75 - PARECER CEE Nº 92/77

10. Unidade Educacional "Jurupuchita"

Rua Jurupuchita, nº 300 - Mooca - Capital

11. Unidade Educacional de Ribeirão Preto

Estrada do Drummond, s/nº - Ribeirão Preto

12. Unidade Educacional "Alfonsianum"

Via Raposo Tavares, Km 19,5 - Capital

13. Unidade Educacional de Itapetininga

Estrada Velha de Itapetininga, Km 14 - Itapetininga

14. Unidade Educacional de Yaras

Praça da Moção, nº 453 - Yaras

2.4 - REGIMENTO ESCOLAR

2.4.1- O Regimento Escolar, nos termos do que dispõe o art. 70 da Lei Federal nº 5692/77, é comum a todas as Unidades Educacionais mantidas pela FEBEM-SP e compreende os seguintes Títulos, Capítulos e Seções:

Título I - Dos Objetivos da FEBEM-SP e de suas Unidades Educacionais

Cap. I - Dos Objetivos da FEBEM-SP

Cap. II - Das Unidades de Ensino da FEBEM-SP

Título II - Da Organização Escolar

Cap. I - Da Direção

Cap. II - Do Corpo Docente

Cap. III - Da Secretaria

Cap. IV - Das Atividades, Serviços e Instituições Complementares

Título III - Da Organização Didática

Cap. I - Dos Cursos

Cap. II - Dos Programas

Cap. III - Do Planejamento Escolar

Cap. IV - Da Verificação do Rendimento Escolar

Seção I - Da Avaliação do Aproveitamento.

Seção II - Da Apuração da Assiduidade

Cap. V - Da Promoção, Conclusão de Estudos e Recuperação.

Título IV - Do Regime Escolar

Cap. I - Dos Períodos Letivos

Cap. II - Da Matrícula

Cap. III - Das Transferências

Cap. IV - Do Horário Escolar

Cap. V - Dos Certificados

Título V - Do Corpo Discente

Cap. I - Da Constituição do Corpo Discente

Cap. II - Dos Direitos dos Alunos

Cap. III - Dos Deveres dos Alunos

Cap. IV - Do Regime Disciplinar

Título VI - Das Disposições Gerais e Transitórias

Cap. I - Das Disposições Gerais

Cap. II - Das Disposições Transitórias

2.4.2- A análise do Regimento evidencia que foram atendidas, de um modo geral, as exigências da legislação do ensino e as normas baixadas pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação, sendo sua organização baseada na Deliberação CEE nº 33/72. Desaa maneira, está em condições de ser aprovado pelo Conselho.

2.5 - PLANOS DE CURSOS

2.5.1 - Os planos referem-se aos seguintes cursos:

- Ensino Regular de 1º Grau (1ª a 8ª séries)
- Ensino Supletivo (Deliberação CEE nº 14/73)
  - Alfabetização art. 8º, alínea "a"
  - Suplência: art. 8º, alínea "b"
  - Suplência: art. 8º, alínea "c"
  - Qualificação Profissional I: art. 13, alínea "a"
  - Qualificação Profissional I (Intensivos): art. 13, alínea "a"

f. 5

PROCESSO CEE Nº 4342/75 - PARECER CEE Nº 92/77

2.5.2- Os planos de cursos compreendem os seguintes itens:

1. Objetivos
2. Organização e desenvolvimento
  - 2.1 - Duração e carga horária
  - 2.2 - Currículo e forma de desenvolvimento dos estudos
  - 2.3 - Conteúdos programáticos
  - 2.4 - Composição de classes e turmas
  - 2.5 - Considerações especiais para matrícula
  - 2.6 - Verificação do rendimento escolar, estudos de recuperação e promoção
  - 2.7 - Documentação da conclusão do curso
  - 2.8 - Ocupações qualificadas que serão ensinadas nos cursos (somente para os cursos de qualificação profissional)
3. Currículo do curso

2.5.3- O plano do curso do ensino regular de 1º grau (1ª a 8ª séries) foi elaborado com a assistência da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria da Educação e atende às disposições da Lei Federal nº 5692/71, às normas baixadas por este Conselho e às instruções expedidas pelos órgãos competentes da Secretaria da Educação.

2.5.4- Os planos dos cursos de Alfabetização (alínea "a", art. 8º, Del. CEE nº 14/73), Suplência (alínea "b", art. 8º Del. CEE nº 14/73) e Suplência (alínea "c", art. 8º Del. CEE 14/73) foram organizados de acordo com a sistemática sugerida pela Câmara do Ensino de 1º Grau, estando em condições de serem aprovados.

2.5.5- Os planos dos Cursos de Qualificação Profissional foram elaborados com base nos planos similares adotados pelo SENAI e que já mereceram a aprovação deste Conselho.

2.6 - A Fundação Estadual do Bem Estar do Menor remeteu a este Conselho, para cada Unidade Educacional, informações sobre pessoal (ou indicação da possibilidade de sua organização), descrição sumária das dependências do edifício, plantas das instalações, "lay out" (arranjo físico), fotografia, etc, com o propósito de obter autorização para funcionamento. Somos de opinião que caberá aos órgãos competentes da Secretaria da Educação opinar sobre o assunto cabendo a este Colegiado apenas a aprovação do Regimento Escolar e dos Planos de Curso.

2.7 - Em 28 de janeiro do corrente ano, a Sra. Presidente, em exercício, da Fundação, solicitou deste Conselho a convalidação de atos escolares praticados durante o ano letivo de 1976, nas Unidades Educacionais U.E. 1, U.E. 3, U.E. 4, "Santa Emília" (Guarujá), U.E. 9 e U.E. 17, conforme codificação adotada pela FEBEM-SP. Tal solicitação, a nosso ver, merece ser atendida pois esta é norma adotada por este Colegiado.

II - CONCLUSÃO

1. Aprovam-se o Regimento Escolar das Unidades Educacionais da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM-SP) e os seguintes Planos de Cursos:

a) Ensino de 1º Grau, 1ª a 8ª séries

b) Ensino Supletivo (Deliberação CEE nº 14/73):

- Alfabetização: art, 8º alínea "a"

- Suplência art. 8º alínea "b"

- Suplência art. 8º alínea "c"

- Qualificação Profissional I: art. 13, alínea "a"

- Qualificação Profissional I (Intensivos): art. 13, alínea "a".

2. Fica a FEBEM-SP obrigada a adequar seus Planos de Cursos às orientações emanadas deste Conselho e proceder às alterações regimentais delas decorrentes.

3. A Secretaria de Estado da Educação, pelos seus órgãos competentes, deverá proceder à verificação do atendimento das condições requeridas para o funcionamento dos cursos.

4. Convalidam-se os atos escolares realizados no ano letivo de 1976, nas Unidades Escolares: "Modelo"-UEI-1 (Capital), "Maria Auxiliadora" -UE-3 (Capital), Batatais -UE-4, "Santa Emília", de Guarujá, Moji-Mirim - UE-9, "Alpheu Luiz Gasparini", Ribeirão Preto UE-17.

5. Encaminham-se à Secretaria de Estado da Educação as 2ªs. vias do Regimento Escolar e dos Planos de Cursos, devidamente rubricadas

São Paulo, 10 de fevereiro de 1977

a) Cons. João Baptista Salles da Silva - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os seguintes Conselheiros: João Baptista Salles da Silva, José Borges dos Santos júnior, José Conceição Paixão, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Maria da Imaculada Leme Monteiro, Renato Alberto Teodoro Di Dio e Therezinha Fram.

Sala da Câmara do Primeiro Grau, em 9 de fevereiro de 1977.

a) Cons^a Maria de Lourdes Mariotto Haidar
Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 16/02/77

a) Cons^o LUIZ FERREIRA MARTINS
Presidente.